



O OLHAR INCLUSIVO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Marcos Batinga Ferro¹
Luiz Claudio Correia dos Santos²
Anne Alilma Silva Souza Ferrete³

GT 6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar o exercício da docência na perspectiva da Educação Inclusiva, com o propósito de alcançar o objetivo aqui formulado. No que se refere a metodologia, trabalhou-se com uma proposta de natureza qualitativa para proceder a coleta das informações necessárias para responder às questões do estudo. No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pelo estudo de caso. Procurou-se evidenciar a formação inicial no que se refere às possibilidades dos Cursos de Pedagogia orientar ao professor para o trabalho com o aluno com deficiência na sala de ensino regular. Os discursos das docentes, participantes desta pesquisa, retrataram deficiências em relação à sua prática pedagógica e da importância do profissional da docência aprender visando à Educação Inclusiva. Os resultados do estudo indicam a necessidade de melhoria da qualidade na formação inicial dos professores e da provisão de recursos humanos, pedagógicos e condições materiais para o atendimento ao aluno com deficiência, dentre outros.

Palavras-chave: Educação. Formação Docente. Formação Inicial. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This research aimed to analyze teaching from the perspective of Inclusive Education, with the purpose of achieving the objective formulated here. With regard to methodology, we worked with a qualitative proposal to collect the necessary information to answer the study questions. Within the scope of qualitative research, we opted for a case study. We sought to highlight initial training regarding the possibilities of Pedagogy Courses to guide teachers in working with students with disabilities in the regular education classroom. The speeches of the teachers, participants in this research, portrayed deficiencies in relation to their pedagogical practice and the importance of teaching professionals learning with a view to Inclusive Education. The results of the study indicate the need to improve the quality of initial teacher training and the provision of human and pedagogical resources and material conditions to assist students with disabilities, among others.

Keywords: Education. Teacher Training. Initial formation. Inclusive education.

¹ Doutorando em Educação pela UFS, professor da rede estadual em Sergipe. pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação (FOPTIC) CNPQ/UFS e ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Tecnologia (NUCA) CNPQ/UFS. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7602-9374> . E-mail: marcosbating@gmail.com

² Doutorando em Educação pela UFS, pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação (FOPTIC) CNPQ/UFS e ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Tecnologia (NUCA) CNPQ/UFS. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8417-0901> . E-mail: admpedagogialettras@gmail.com

³ Doutora em Educação pela UFRN, professora do departamento de educação e do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Tecnologia (NUCA) CNPQ/UFS. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9637-6616> . E-mail: aferrete21@gmail.com



INTRODUÇÃO

A ideia para a escolha da temática desta pesquisa é fruto de uma reflexão pessoal-diante do desafio de compreender o processo que envolve a inclusão escolar do aluno com deficiência, por ter conhecido e convivido com alguns no decorrer da minha vida profissional. A inquietação sobre o assunto deu-se ainda na universidade, ocasião em que se falava em Educação Especial, na inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, nas reformas das leis que regem a educação e na forma como a inclusão deveria acontecer. No entanto, constatei que o aprendizado das questões relacionadas à docência e à deficiência não se dava como o almejado.

Nessa direção, foi crescendo meu interesse pela inclusão da pessoa com deficiência tanto na escola quanto na comunidade com a qual ela convive, motivando-me a observar tudo o que acontecia no ambiente escolar, como estagiário do curso de Pedagogia. Ao longo desse percurso, as experiências e o contato com o aluno com deficiência começaram a ser mais significativos para mim devido à convivência com professores que trabalhavam com a inclusão, ajudando-me a compreender as dificuldades desses profissionais, que se sentiam despreparados para lidar com as especificidades daquele aluno.

Após minha formação inicial, meu trabalho vem acontecendo em escolas das redes pública e privada, em uma delas desenvolvendo minhas atividades na secretaria, o que me permite receber e conversar com professores, nos quais pouco se investe, mas deles muito se cobra para que desenvolvam uma educação de qualidade para todos. Essa convivência me levou a tentar compreender o ser humano com deficiência em relação aos problemas que encontrava em sua realidade pessoal, nomeadamente quanto à visão que, construída historicamente, dividia a educação em duas partes: o ensino regular para os alunos “normais” e o atendimento especializado destinado ao aluno com deficiência.

A minha inexperiência em lidar igualmente com o aluno com deficiência, levou-me à necessidade de repensar o contexto da formação docente, nos cursos de magistério de nível médio ou superior, inicialmente, e na formação continuada, desenvolvida ao longo da trajetória profissional do professor. Nessa condução, a opção pelo tema aqui proposto se justifica, pelo menos, por dois motivos. O primeiro vai ao encontro da concepção formulada por Lima (2012, p. 85), quando a autora cita que “pensar o sentido inclusivo em formação, é pensar em processos de formação implicados numa perspectiva prospectiva do vir a ser, aberto às possibilidades do acontecer, sem previsibilidade dos limites do possível, nesse acontecimento [...]”. Por esse motivo, o segundo diz



respeito à constatação de que a formação docente continua a ser uma das temáticas centrais da educação, pela ação e influência do professor como um dos atores dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesses motivos encontra-se, igualmente, a importância do assunto em discussão.

Dessa forma, na articulação dos temas formação inicial docente e inclusão educacional, buscou-se investigar o estado da arte dos trabalhos acadêmicos sobre essas temáticas e revelar o que dissertações e teses dizem sobre o assunto. O estado da arte se caracteriza como uma metodologia investigativa e descritiva, segundo Tsukamoto e Romanowski (2009), que permite mapear produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, subsidiando o pesquisador na elaboração de dados conclusivos para confirmara autenticidade dos propósitos de sua pesquisa e dos processos gerados. Nesse sentido, acompanhando as orientações feitas pelas autoras, realizou-se uma revisão de trabalhos publicados com a finalidade de explorar como o assunto formação inicial docente e Inclusão Educacional vem sendo tratado.

Com isso, visou-se mostrar perspectivas anunciadas em estudos recentes e, ainda, identificar tendências de pesquisas. De acordo com o escopo de analisar o conjunto de trabalhos que abordam a questão, realizou-se um levantamento daqueles com relação direta entre a formação docente inicial e o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Para cumprir as finalidades da pesquisa, foram definidas as palavras-chave formação de professores, inclusão educacional e inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, asquais, combinadas, ofereceram opções como nome do autor, título da pesquisa, ano de publicação, entre outras informações que possibilitaram uma visão global dos temas.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SEU CONTEXTO

A história das ideias sobre a deficiência acompanha, de perto, a evolução da conquista e formulação dos direitos humanos que se inserem, por sua vez, na trajetória da Educação Inclusiva. Pensar o sentido inclusivo é pensar o ser humano nas suas possibilidades, nos seus desejos, nas suas buscas, percebendo a deficiência como uma condição humana que, de acordo com Lima (2012, p. 84), define a “especificidade da mediação fundante para eliminar barreiras. Pensar, pensando (*sic*) a pessoa com deficiência, enquanto pessoa na sua totalidade de ser pessoa”. É, pois, com esse sentido intento que a condição de deficiência deve ser estudada, pesquisada, compreendida, respeitada e não confundida como sendo diferença.

A deficiência, ao longo da história, foi sendo entendida em um movimento próprio, o qual revelou que cada um tem seu jeito diferente de ser, independentemente da pessoa ter deficiência ou não. Mas,



apesar dos significativos avanços legais de promoção da inclusão, as pessoas com deficiência ainda são afetadas pela discriminação, por conta de rótulos e estigmas que lhes são impostos pela sociedade. Conforme esclarece Souza (2012), a determinação das representações⁴ sobre deficiência, em sua construção histórica, sofreu influências da medicina e da justiça, tendo como referencial o conceito de normalidade. Para a autora, as imagens de deficiência alimentadas pela sociedade, ao longo do seu desenvolvimento, indicam uma polarização entre eficiência e deficiência, esta definida segundo a exigência e a valorização de uma produtividade intelectual.

Por seu lado, Carvalho (2008, p. 25) menciona que:

Inúmeros são os sistemas de significações que permitem entender o mundo e, nele, as representações que se fazem acerca das pessoas com deficiências. Os termos utilizados para designá-las, de modo geral, carregam significados negativos, intensificados pela noção de perpetuidade das condições em que se encontram, pois apontam para um certo determinismo ou fatalismo, o que suscita diversas emoções. Estas vão desde a pena até a repulsa, podendo ser consideradas como indicadoras de uma espécie de desesperança quanto a possíveis mudanças das condições do sujeito.

É fato que, historicamente, as pessoas com deficiência foram relegadas aos processos de exclusão, processos estes que perpassaram desde os manicômios até às prisões domiciliares, por se acreditar que essas pessoas seriam incapazes de se socializar. Assim, sobre a deficiência, examinada nos entrelugares das representações de distintos institutos, cabe indagar: como podem ser desconstruídas as fronteiras entre as pessoas com deficiência e aquelas sem deficiência? A resposta a estas e a outras indagações permitem-nos concordar com os autores que, opondo-se à perspectiva da deficiência como desvio da norma ou como simples resultados de comparações entre sujeitos, adotam uma retórica pós-moderna para reforçar a capacidade da educação em produzir justiça social.

Desse modo, como assinalado pela Declaração de Salamanca (1994), o movimento pedagógico, além das características democráticas, deverá ser pluralista, não garantindo apenas o acesso, mas a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando fundamentalmente sua identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerar essas múltiplas diferenças, promovendo as adaptações necessárias, que atendam às necessidades de

⁴ A representação, no caso das relações intergrupais, como os julgamentos sociais, consiste na tendência em fixar a imagem do outro dentro de um *status* natural ou biológico. Essa “biologização” do social transforma as diferenças sociais em diferenças de ser (SÊGA, 2000, p. 128).



aprendizagem de cada educando no processo educativo. O mesmo documento fortalece que os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades da criança e não ao contrário. “As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

Assim, a inclusão, compreendida a partir do movimento que defende a universalização dos direitos humanos, desponta como perspectiva norteadora das políticas públicas educacionais, das propostas de atendimento e de formação profissional docente. Nesse contexto, além da Declaração de Salamanca (1994), outras referências documentais internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), e nacionais, a exemplo da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), deram ensejo para se firmar uma nova orientação educativa baseada na defesa dos direitos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escola de qualidade, de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, implicando em uma mudança de atitude diante das diferenças. O princípio da inclusão, as teorias e práticas inclusivas passam a ser defendidas em muitos países, como, por exemplo, o Brasil.

SOB A ÓTICA DA DIVERSIDADE: DISCUTINDO A FORMAÇÃO DOCENTE

Como grupo social, e em virtude das próprias funções que exercem, os professores ocupam uma posição estratégica no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins. Na realidade, o saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer. Nos dizeres de Tardif (2012), é fato incontestável, portanto, que o desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos saberes seja concebível com o incremento correspondente dos recursos educativos e, notadamente, de corpos docentes capazes de assumir, dentro dos sistemas de educação, os processos de aprendizagem individuais e coletivos que constituem a base cultural, intelectual e científica da sociedade.

Considerando que a existência do saber, em contexto educacional, depende dos professores, estes devem, como atores individuais empenhados numa prática, possuir uma formação voltada ao seu próprio saber profissional. Mas, esse saber não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, e sim um processo em construção ao longo de uma carreira profissional em cujo âmbito o professor aprende, progressivamente, a dominar seu ambiente de



trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meio de regras de ação que se tornam parte integrante de sua consciência prática. Esse saber é adquirido em um contexto de formação inicial e formação continuada, onde é incorporado, modificado, adaptado em função dos momentos e das fases de uma carreira.

FORMAÇÃO DOCENTE

Entre os séculos XVIII e XIX, no Brasil, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas com deficiência, persistindo, segundo Mazzotta (1996), a era da negligência. Uma das conquistas para o atendimento das pessoas com deficiência foi a fundação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início da República, quando os ideais liberais começaram a ser discutidos e consolidados, a educação das pessoas com deficiência passa a ser uma preocupação, originando um movimento em prol da Educação Especial, que passou a se constituir como um campo de atuação específico, sem interlocução com a educação comum. E, é nesse quadro, que se desenvolve o processo de formação inicial docente, ou seja, como um sistema paralelo ao atendimento de alunos com deficiência.

Assim, a maneira de pensar e organizar a formação de professores encontra-se interligada, historicamente, com a educação geral no Brasil, situada em movimentos ocorridos a partir da década de 1920. É preciso ter em consideração ser esse um período emblemático no Brasil, tanto pelas transformações significativas na ordem social, política e econômica, como pelo debate originado em torno da educação. De acordo com Nagle (2001), na área educacional houve, entre outros movimentos, a difusão do ideário da Escola Nova, disseminado em duas fases: a primeira se configurou no término do período imperial até ao final de 1920, onde se podem encontrar antecedentes de algumas ideias e procedimentos, bem como das condições facilitadoras para a propagação posterior do ideário; a segunda fase compreende a extensão da década de 1920, com a difusão dos ideais da Escola Nova.

O movimento renovador da Escola Nova se opunha às práticas pedagógicas tidas como tradicionais, visando a uma educação que pudesse integrar o indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso de todos à escola. Nesse movimento, de acordo com Vidal (2003, p. 515), “mais do que atualizar os princípios e as práticas educativas do fim do século XIX, a Escola Nova promoveu, nos anos 20, rupturas nos saberes e fazeres escolares”. Corroborando essa afirmação, Souza (2009, p. 169) salienta que:



Na história da educação brasileira do século XX, a Escola Nova ocupa papel de destaque pela predominância e força que esse ideário teve no período entre as décadas de 1920 e 1960, determinando a configuração do campo pedagógico, as políticas educacionais, a profissionalização dos educadores e o engendramento de práticas educativas.

Com a preocupação de reduzir as desigualdades, mais precisamente entre os anos de 1920 e 1930, o movimento da Escola Nova incorporou, em suas metodologias pedagógicas, ações baseadas nas concepções de profissionais trabalhavam com deficientes, como, por exemplo, Decroly e Montessori (Januzzi, 2004), considerados como uns dos principais representantes da chamada Pedagogia Nova, ou Escolanovismo. Cabe ressaltar, segundo Silva (2012), que o modelo de educação proposto pelo escolanovismo, no Brasil, era associado ao desenvolvimento da industrialização, à urbanização e ao entendimento de que haviam se formado novas necessidades sociais, como uma escola democrática que proporcionasse condições de igualdade para todos, contemplando, ao mesmo tempo, o campo e a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta os objetivos definidos para o presente estudo e as questões que orientaram a sua realização, as conclusões resultam da convergência entre a teoria e o estudo empírico, uma vez que os aportes teóricos foram necessários para fundamentar a trajetória deste trabalho dissertativo. Os caminhos construídos para coletar as informações tiveram como fio condutor as seguintes questões de partida, que nortearam os rumos da pesquisa, as quais ora se relembra: Quais são os conhecimentos, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente, nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas visando à inclusão educacional? Como esses saberes são adquiridos?

Esses saberes são fundamentais, tais como: melhoria da qualidade na formação inicial dos professores; suporte ao docente e aos alunos com deficiência; revisão do Projeto Político Pedagógico para que nele conste a intencionalidade educativa da inclusão no espaço escolar; provisão de recursos humanos, pedagógicos e condições materiais para o atendimento ao aluno com deficiência.

Em resposta a questão deflagrada desta pesquisa, a leitura dos dados confirma que as participantes deste estudo não se apropriaram de conhecimentos, competências e habilidades visando à inclusão educacional. O entendimento é que não foram preparadas para um trabalhona perspectiva da inclusão, de modo que a prática, ou seja, a experiência cotidiana é a fonte desconhecimentos para lidar com o aluno com deficiência. Para mudar essa realidade, aponta-se que ao futuro professor, em



seu processo formativo, deve ser dado a conhecer a proposição legal de Educação Inclusiva no Brasil e suas propostas educacionais, uma vez que é perceptível o desconhecimento, por parte da maioria das pesquisadas, sobre o real significado de inclusão.

Assim, após conhecer as representações das pesquisadas e podendo compreender a importância dessa participação, reitera-se que os resultados deste estudo apontam a formação de professores como um dos pilares para a construção da inclusão escolar, em termos de recursos humanos em condições de trabalho para que ela possa ser posta em prática. Nesse sentido, os cursos para formar professores precisam ser desenvolvidos sob valores inclusivos, de modo a criar e sustentar expectativas realistas e positivas sobre os alunos com deficiências.

O desenvolvimento deste estudo contribuiu para meu enriquecimento pessoal, profissional e social. Pessoalmente, permitiu relançar a expectativa perante a vida, abrindo novos horizontes de conhecimento e outros caminhos a explorar, além de possibilitar o repensar sobre o trabalho docente, na perspectiva da inclusão educacional. No aspecto do trabalho, a contribuição se deu para o contexto em que se realizou a pesquisa, com a realização das seguintes ações: palestras proferidas por professor e alunos, sobre deficiência e inclusão; formação de grupos de estudos, no sábado letivo, para desenvolver trabalhos versando sobre a inclusão.

Sem a pretensão de qualquer tipo de generalização, embora tal seja possível em relação a contextos similares, os resultados deste estudo, considerando a necessidade de mudanças significativas na prática docente, indicam que a discussão sobre a inclusão escolar deve ser explorada na formação inicial, além de se implementar práticas com alunos com deficiência, para aprender a reconhecer suas necessidades e diferenças.

De forma abrangente, comprometida com a educação, a proposta neste estudo assumiu efetivamente o desafio de colaborar para a qualidade da formação de professores, visando à compreensão crítica do ato educativo, enquanto atividade comprometida e ancorada na produção e reelaboração do conhecimento profissional, nomeadamente no que se refere à inclusão e o respeito pela diversidade entre as pessoas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DOU, 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em 09 abr. 2024.

CARVALHO, Rosita Édler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

JANUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação contínua de professores: uma perspectiva de educação inclusiva.** São Cristóvão, SE: UFS, 2012.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVA, Ana Paula da. O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (191- 1945). In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX, 2012. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SOUZA, Josefa Eliana. **O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873): concepções a partir do modelo norte-americano.** São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria- história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início século XX.** São Cristóvão: UFS, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria- história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. Políticas educacionais e inclusão escolar: a formação de professores e o serviço de suporte. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; QUEIROZ, Maria Aparecida; BARACHO, Maria das Graças (Orgs.). **Assimetrias e desafios na produção do conhecimento em educação: a pós-graduação nas regiões norte e nordeste.** Riode Janeiro: ANPED, 2015, p. 167-184.



TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TSUKAMOTO, Neide Mitio Shimazaki; Romanowski, Joana Paulin. Análise das publicações: a formação de professores para educação inclusiva em ambiente virtual de aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009, p. 6545-6558.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Escola Nova e processo educativo**. In: LOPES, Eliane Marta;